

Biologia & Sociedade

CURSO DE
INICIAÇÃO
À FOTOGRAFIA
DA NATUREZA II
23, 24, 25 DE OUTUBRO

ARTIGO ESPECIALIZADO

“SAPER VEDERE...”
LEONARDO DA VINCI

VIDAS

REI D. CARLOS I

AR LIVRE

SEVER DO VOUGA

TEMA DE DESTAQUE

O MAR



ORDEM DOS
BIÓLOGOS

ÍNDICE

EDITORIAL	4
BREVES	5
DELEGAÇÕES REGIONAIS OBIO	6
PONTOS DE VISTA	8
TEMA DE CAPA - O MAR	9
Um Oceano de Desafios e Oportunidades	9
Ria Formosa - uma Falsa Ria, um Verdadeiro Oásis	12
PUBLIREPORTAGEM - ARTE XÁVEGA - UM FIM À VISTA...?	16
ARTIGO ESPECIALIZADO - “SAPER VEDERE...” - LEONARDO DA VINCI	19
ILUSTRAÇÃO CIENTÍFICA	23
A IMPORTÂNCIA DAS PATENTES II	25
CURSO DE INICIAÇÃO À FOTOGRAFIA DA NATUREZA - NOVA DATA	28
COLÉGIOS	30
Colégio da Biotecnologia	30
Colégio de Biologia Humana e Saúde	32
Colégio do Ambiente	33
HOMENAGEM - HELENA PAVEIA	35
VIDAS - REI D. CARLOS I	39
REPRESENTAÇÕES OBIO	42
Participação no Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS)	42
LEGISLAÇÃO EM ANÁLISE	43
Reconhecimento Turismo de Natureza	43
AR LIVRE - SEVER DO VOUGA	44
FORMAÇÃO	47
NOVIDADES	48
Olhão - Um Património a Descobrir	48
Mail-Art: A (Re)volução de Darwin	48
BDNA	48
AGENDA	50
Workshop Internacional sobre Biomarcadores e Cancro	50
Darwin 150, 200	50
Noite Europeia dos Investigadores 2009	50
Ex@tintar	50
FICHA TÉCNICA	52
FICHA DE INSCRIÇÃO NA OBIO	53



EDITORIAL

Um mar de iniciativas não significa necessariamente uma consciência e propósito coerentes, reconhecendo a importância e alcance que o Oceano constitui para Portugal. Igualmente o sucesso de uma ou outra iniciativa, mesmo que utilizadoras de grandes recursos e capazes de superar carências fundamentais para a própria definição territorial do país, não podem ser vistas como o fim da história ou a cereja sobre um bolo ausente.

A continuada ausência (propositada, diga-se), de qualquer coerência institucional, de compromisso e funcionalmente orientada sob uma perspectiva de médio e longo prazo é a característica marcante da política nacional para o Mar. Daí a incompreensível estrutura organizacional, dispersa, fracturada e desconexa que molda e (não) gere um dos elementos determinantes da própria identidade nacional. O conhecimento, como fonte primeira de informação, fundamental no apoio à tomada de decisão e cumprimento dos requisitos mínimos de qualquer monitorização é bem o paradigma de um adiar irresponsável de uma visão e práticas coerentes no que diz respeito à governação do mar.

É impossível qualquer tipo de navegação pelos (ditos) instrumentos fundamentais de gestão da coisa marítima. Gestão da Zona Costeira, Pescas e Maricultura, Alterações Climáticas, Conservação da Natureza e Biodiversidade, Extensão da Plataforma Continental, Estratégia do Meio Marinho, Política Europeia do Mar, Directiva Quadro da Água, Educação e Informação Ambiental, Ordenamento do Território, Gestão Portuária, Domínio Público Marítimo, Segurança e Vigilância, Turismo, Desporto, e tudo o mais que se possa acrescentar a esta romaria, não passam de pequenas porções de nada que pela distância relativa, incoerência tradicional, sobreposição de competências e diluição de responsabilidades, dão corpo a um Mar Português que, mais dia menos dia teremos que encarar de um modo que não seja enganador de nós mesmos. 🌊



António Domingos Abreu

Bastonário